



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Curso de Bacharelado em Administração Pública – BAP/EaD

**O PROGRAMA DINHEIRO DIREITO NA ESCOLA (PDDE) NO
MUNICÍPIO DE TAPEROÁ - PB (2000- 2020): FINANCIAMENTO E
GESTÃO ESCOLAR.**

SEVERINA GOMES DA SILVA GOUVEIA

João Pessoa

Junho-2021

SEVERINA GOMES DA SILVA GOUVEIA

**O PROGRAMA DINHEIRO DIREITO NA ESCOLA (PDDE) NO
MUNICÍPIO DE TAPEROÁ - PB (2000- 2020): FINANCIAMENTO E
GESTÃO ESCOLAR.**

Artigo apresentado como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da docente Dra. Glenda Dantas Ferreira.

João Pessoa

Junho-2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

G719p Gouveia, Severina Gomes da Silva.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município de Taperoá - PB (2000- 2020): financiamento e gestão escolar / Severina Gomes da Silva Gouveia. - João Pessoa, 2021.

38 f.

Orientação: Glenda Ferreira.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). 2. Financiamento escolar. 3. Gestão escolar. 4. Taperoá - PB. I. Ferreira, Glenda. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35(02)

Elaborado por ANDRE DOMINGOS DA SILVA - CRB-15/00730

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração.

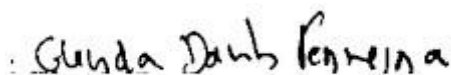
Aluna: Severina Gomes Da Silva Gouveia

Trabalho: O Programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE) no Município de Taperoá - PB (2000- 2020): Financiamento e Gestão Escolar.

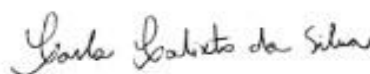
Área da pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas

Data de aprovação: 17/06/2021

Banca examinadora



Profª Drª. Glenda Dantas Ferreira



Profª Drª. Carla Calixto da Silva



Profº Dr. Vico Dênis Sousa de Melo

LISTA DE SIGLAS

PDDE – Programa dinheiro direto na escola

MEC – Ministério de Educação

PMDE - Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

PDDEREX - Relatório de Unidades Executoras

UEX – Unidade Executora

EEX – Entidade Executora

UAB – Universidade Aberta do Brasil

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

FEFS- Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

ProEmi - Programa Ensino Médio Inovador

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PME – Plano Municipal de Educação

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PIB - Produto Interno Bruto

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro com informações sobre alterações na Lei dos recursos para a Educação no Brasil.....	13
Figura 2: Modalidades do PDDE (ações agregadas ou complementares).....	15
Figura 3: Mapa de localização de município de Taperoá.....	19
Figura 4: Gráfico das Matrículas por Nível de Ensino em diversos anos	21
Figura 5: Gráfico do Fluxo escolar por faixa etária no município - Taperoá/PB - e na UF - Paraíba - 2010.....	22
Figura 6: Quadro de Valores referenciais de cálculo para repasse do PDDE	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações sobre número de matriculados (2000 - 2012).	27
Tabela 2: Execução dos recursos do PDDE por tipo de despesa e por escola de 2012 a 2020 (Valores em R\$ mil)	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modalidades do PDDE (ações agregadas ou complementares)	15
Quadro 2: Informações Gerais sobre Educação no município de Taperoá-PB	20
Quadro 3: Informações sobre Alunos e Recursos dos PDDE de 2012 a 2020 (Valores em R\$)	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Recursos do PDDE para o município de Taperoá-PB de 2000 a 2020 (valores em R\$ mil).....	26
Gráfico 2: Evolução dos Recursos do PDDE por tipo de despesa (valores em R\$ mil)	29
Gráfico 3: Recursos do PDDE por programas no município de Taperoá de 2012 a 2020 por tipo de despesa.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA.....	12
3. O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): algumas notas	13
3.1 Aspectos Históricos, Normativos e Operacionais do PDDE	13
3.2 O PDDE e a gestão dos recursos financeiros.....	16
4. O MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/PB: algumas considerações	18
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
5.1. Unidades Escolares de Taperoá-PB	23
5.2. Recursos do PDDE para as escolas de Taperoá-PB	25
5.3. Programas do PDDE.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

RESUMO

O presente artigo examina o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado com vistas a assistir escolas, via recursos financeiros, de forma suplementar. Este artigo objetiva ampliar o conhecimento acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Taperoá-PB. Para tanto, definiu-se os seguintes objetivos específicos: (a) examinar os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); (b) identificar as instituições escolares atendidas pelo PDDE; e (c) conhecer os programas atendidos pelo PDDE. O estudo é de natureza quantitativa e finalidade exploratória e descritiva. Para o seu desenvolvimento foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa eletrônica. No decorrer do artigo é possível acompanhar uma breve análise histórica do Programa, desde a sua criação, em 1995, até os dias atuais. Em seguida foi feito um breve relato sobre a cidade de Taperoá, localizada no interior da Paraíba com algumas explicações sobre o sistema educacional da cidade. Foram coletados dados sobre os recursos do PDDE no período de 2000 a 2020, tendo como base de referência dois relatórios, quais sejam: Liberações Consultas Gerais e o PDDEREX Relatório de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE. Os resultados indicam que, apesar da ideia de gestão democrática presente no programa, o colegiado dos conselhos tem autonomia relativa em relação ao PDDE, dado que ele já define, previamente, como e com o que os recursos devem ser gastos. Indicam, ainda, que houve uma progressiva adesão das escolas do município ao programa, revelando a questão da gestão escolar democrática.

Palavras-chave: Programa Dinheiro Direto na Escola. Financiamento Escolar. Gestão Escolar. Taperoá.

ABSTRACT

This article examines the Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), created with a view to assisting schools, through financial resources, in a supplementary way. This article aims to broaden the knowledge about the Dinheiro Direto na Escola Program in the city of Taperoá-PB. To this end, the following specific objectives were defined: (a) to examine the resources of the Dinheiro Direto na Escola Program (PDDE); (b) identify the school institutions served by the PDDE; and (c) know the programs served by the PDDE. The study is quantitative in nature and has an exploratory and descriptive purpose. For its development the following techniques were used: bibliographic research and electronic research. In the course of the article, it is possible to follow a brief historical analysis of the Program, from its creation, in 1995, to the present day. Then, a brief report was made about the city of Taperoá, located in the interior of Paraíba, with some explanations about the city's educational system. Data were collected on the resources of the PDDE in the period 2000 to 2020, having as a reference base two reports, namely: Releases General Consultations and the PDDEREX Report of Executing Units Served by the PDDE. The results indicate that, despite the idea of democratic management present in the program, the board of councils has relative autonomy in relation to the PDDE, as it has already defined, in advance, how and with what resources should be spent. They also indicate that there was a progressive adhesion of municipal schools to the program, revealing the issue of democratic school management.

Keywords: Direct Money at School Program. School Funding. School management. Taperoa.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema principal o financiamento escolar de caráter suplementar e a gestão escolar democrática. O interesse pelo tema surgiu a partir da observação do trabalho realizado por membros de Conselhos Escolares de escolas da rede municipal de ensino no município de Taperoá-PB. Nas reuniões de pais e mestres, durante o período de estágio, foi explicado como os recursos são distribuídos, como deve ser a atuação dos Conselhos e como o dinheiro pode ajudar a melhorar o ensino e a aprendizagem das crianças que estão na escola. Surgiram dúvidas de como são feitos os repasses, em que se baseiam? Como são utilizados?

Na prática, procede-se ao exame de um programa federal, no caso o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o qual envolve a perspectiva da gestão financeira descentralizada, a partir de financiamento suplementar, orientada por uma gestão escolar democrática.

Essa ocorre por meio da participação de vários agentes que estão inseridos no processo de ensino e de aprendizagem, sendo essencial para que os recursos financeiros sejam aplicados de forma eficiente, efetiva e eficaz. Isso é importante para que sejam atingidos os objetivos, as metas e os resultados esperados no melhoramento da educação, em uma perspectiva holística, e se obtenha avanços nos resultados das avaliações institucionais.

Nesse debate sobre gestão democrática, vale destacar que a Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental, como princípio para as instituições públicas, tendo a participação como eixo norteador da sociedade, de uma forma geral, e em várias áreas, a exemplo da educação.

Segundo Silva (2015, p.31) “a educação, a partir da década de 1990, vem sendo um espaço para vivência de projetos e programas numa perspectiva de gestão gerencial, na qual se defende uma gestão inovadora com intuito de melhorar a qualidade do ensino, tendo a descentralização e autonomia como mecanismos básicos para alcançar esse objetivo”.

Nessa década também se verifica a criação de mecanismo de controle social, bem como o envolvimento de diferentes atores sociais buscando alcançar uma educação de qualidade e democrática. Diante disso, em diversos estados, foram instituídos conselhos escolares que tem o papel de deliberar sobre ações e posturas a serem vivenciadas no âmbito escolar pelos atores, responsáveis por como os recursos serão gastos e por fiscalizar a sua

aplicação. Esses são os pais, professores e alunos que passam a discutir e decidir ativamente acerca das questões que afetam a escola (SILVA, 2015). Além disso, em alguns estados e municípios deram início à gestão financeira descentralizada de recursos de diferentes programas, inclusive do PDDE (MAFASSIOLI, 2015).

Em 1995 foi criado o primeiro programa de transferência de recursos financeiros da União para a escola pública, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que antes recebia o nome de PMDE, passou a ter a denominação atual a partir de 1998, todo o recurso destinado as escolas, cairá nas contas do PDDE. Nesta pesquisa foi analisado o recebimento dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Taperoá-PB.

Considerando o exposto, faz-se uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O maior objetivo da transferência de recursos financeiros para as instituições de ensino, por meio do PDDE, é melhorar a estrutura física dos prédios e a parte pedagógica das escolas, estimulando uma gestão participativa e democrática, além de favorecer a autogestão escolar nos aspectos financeiro, administrativo e didático, dando autonomia aos envolvidos no processo administrativo e pedagógico, para que os resultados dos índices estejam em constante elevação. Os repasses são transferidos para as escolas de acordo com o número de alunos matriculados e informados no EducaCenso¹, sendo considerada a matrícula do ano anterior.

Definiu-se, portanto, como objetivo geral ampliar o conhecimento acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Taperoá-PB. Os objetivos específicos que norteiam e direcionam o estudo são: (a) examinar os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); (b) identificar as instituições escolares atendidas pelo PDDE; e (c) conhecer os programas atendidos pelo PDDE e os recursos investidos.

A pesquisa desenvolvida é de natureza quantitativa. O estudo teve uma abordagem quantitativa e finalidade exploratória e descritiva, tendo como objeto de análise os recursos

¹ De acordo com o Portal do Ministério da Educação, “O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento é feito pela internet. A partir dos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacenso-sp-1418010708>. Acesso em: 21 jun de 2021.

do PDDE em escolas do município de Taperoá/PB. Para o seu desenvolvimento foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa eletrônica.

O resultado da pesquisa bibliográfica possibilitou entender contexto histórico, objetivos, marcos regulatórios e orientações acerca da aplicação dos recursos financeiros destinados para as escolas no âmbito do PDDE. Já a pesquisa eletrônica permitiu a coleta de dados sobre o PDDE no período de 2000 a 2020, tendo como base de referência dois relatórios, quais sejam: Liberações Consultas Gerais e o PDDEREX Relatório de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE, além da coleta de informações no sites do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A busca por informações acerca do financiamento escolar de caráter suplementar no nível local no estado da Paraíba se deparou com a escassez de trabalhos, o que motivou a realização presente estudo. Entende-se que esse tema é de grande relevância uma vez que, com a descentralização financeira ocorrida na década de 1990, compete aos municípios ajudar para melhorar a educação através da oferta de condições adequadas para o seu funcionamento, levando em consideração princípios democráticos, inclusivos e de boa qualidade.

Este trabalho contribui diretamente para uma análise preliminar da descentralização financeira na esfera municipal do sistema de educação de Taperoá através do uso dos recursos recebidos no âmbito do referido programa. Enfim, o tema tem grande importância para o município, pois permite iniciar algumas reflexões acerca das contribuições do PDDE para a educação local.

O presente artigo se divide em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a metodologia adotada para a realização deste artigo. A segunda seção examina o Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da reforma do Estado brasileiro. Na terceira, faz-se uma caracterização do município de Taperoá-PB. Por fim, na quarta seção são apresentados os resultados do estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município de Taperoá-PB, entendendo que o referido programa tem por objetivo fornecer assistência financeira para as escolas, com a finalidade de contribuir para manutenção e melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar.

2. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza quantitativa, uma vez que utiliza procedimentos estruturados e ferramentas formais para a coleta dos dados. Estes são analisados através de procedimentos estatísticos, sendo que se dá destaque para a objetividade nas etapas de coleta e de exame dos dados. Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. A primeira possibilita uma maior aproximação com o problema, tornando-o mais conhecido. Já a descritiva visa expor fatos e fenômenos referentes a uma determinada realidade (SILVEIRA e CORDÓVA, 2009).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados foi realizada (i) **pesquisa bibliográfica** a partir do levantamento de referências que possibilitaram um maior conhecimento do objeto pesquisado. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2010), possibilita ao pesquisador o contato direto com fontes bibliográficas que favorecem a pesquisa e o estudo das informações; (ii) **estudo de caso** busca compreender de maneira mais bem definida o programa estudado, apresentando-o de forma completa e com coerência (SILVEIRA e CORDÓVA, 2009); e (iii) **pesquisa eletrônica** é basicamente composta por informações provenientes de endereços eletrônicos, disponibilizados em *home pages* (GERHARDT; RAMOS; RIQUELME e SANTOS, 2009).

A partir da técnica da pesquisa eletrônica foi possível coletar dados sobre o PDDE no período de 2000 a 2020, tendo como base de referência dois relatórios, quais sejam: FNDE Liberações Consultas Gerais e o PDDEREX Relatório de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE. No caso do Relatório FNDE foram utilizados os seguintes filtros: Exercício (2000 a 2020), programa (Programa Dinheiro Direto na Escola), UF (Paraíba), Município (Taperoá) e Tipo de Entidade (Escola Pública do Censo). Já em relação ao PDDEREX foram aplicados os filtros: Ano de Exercício (2012 a 2021), Entidade (Unidade Executora Própria), Programa (PDDE, PDDE Estrutura, PDDE Qualidade, PDDE-Educação Integral), UF (PB) e Município (Taperoá).

Foram utilizados dados do Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar referente ao período de 2000 a 2011, como forma de conseguir informações (<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>) sobre a quantidade de alunos matriculados nas escolas do município de Taperoá/PB.

Foi definido como critério de escolha as unidades escolares da rede pública que atuam com educação básica e que têm Conselhos ou Caixas Escolares, pois se enquadram na discussão sobre financiamento e gestão escolar democrática. Neste caso, os resultados do filtro que retornavam a busca **entidade Prefeitura Municipal** não foram considerados.

3. O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): algumas notas

3.1 Aspectos Históricos, Normativos e Operacionais do PDDE

A educação, historicamente, não costuma ser tratada como prioridade pelos governos, fato este que tem sido motivo de grandes lutas por parte dos defensores da educação, a fim de que os tomadores de decisão atuem no sentido de fortalecer e ampliar ações direcionadas à política pública de educação. Isso passa, necessariamente, pela ampliação dos recursos financeiros, humanos e técnicos.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil definiu percentuais para melhorar a qualidade da educação como: número de reprovados, número de abandonos, matriculados e aprovados, que foram consolidados com a criação da LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação).

A figura 01 expõe a evolução de alguns marcos regulatórios relacionados ao financiamento educacional brasileiro contemplando normas, entre elas Resoluções e as Leis Ordinárias, demonstrando o percentual de aplicação vinculado por esferas administrativas.

Figura 1: Quadro com informações sobre alterações na Lei dos recursos para a Educação no Brasil

LEGISLAÇÕES	ALTERAÇÕES
Res. nº 03 de 04/03/ 97	Os recursos destinam-se diretamente às escolas.
Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98	Exige que cada escola crie a sua Unidade Executora (UEX) para que os recursos do PDDE sejam repassados diretamente a elas.
Medida Provisória nº 2.100-31, 24/04/01	Os repasses financeiros serão anuais e terão como base o número de alunos matriculados no ensino fundamental e especial, conforme os dados obtidos pelo censo escolar, realizados Ministério da Educação no ano anterior.
Res. nº 9, de 24/ 04/07	As escolas públicas rurais e urbanas que atendiam às duas fases do ensino fundamental e que cumprissem as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB estipuladas para o ano de 2007 receberiam deste programa uma parcela extra de 50%, a título de incentivo.
Res. nº 19, 15/05/2008	Recursos financeiros nas categorias econômicas de capital e custeio, por intermédio de suas UEX. para implementação do PDE Escola, respeitando as condições de adesão.
Lei nº 11.947, 16/06/ 09	Amplia atendimento para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.
Res. nº 04, 17/03/ 09	EEEx deverá disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa.

Fonte: FNDE (2016) apud SOUZA et al (2017).

A figura 01 apresenta uma evolução da Lei que cria e destina os recursos do PDDE destinados as escolas. Até o ano de 1997, os recursos eram encaminhados as escolas, porém não havia ainda a formalização dos Conselhos Escolares e da Unidade Executora, fato que veio a acontecer em 1998 com a Medida Provisória 1.784. No ano de 2001, essa MP, foi reformulada e os repasses financeiros passou a depender do número de matriculados, sendo observado o censo escolar do ano anterior. Outra reforma importante aconteceu em 2007, onde as escolas que conseguissem atingir suas metas, receberiam um percentual a mais dos recursos como gratificação pelo índice atingido. Em 2009 os recursos deixam de ser enviados apenas para o ensino fundamental e especial e passa a compreender todo o ensino médio e educação infantil.

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar, primeiro. Segundo, visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

A chegada desses recursos às escolas, por um lado, facilitou o trabalho dos gestores na administração da escola, inclusive na promoção de melhorias das questões pedagógicas. Por outro lado, ampliou as responsabilidades na gestão financeira. Essa nova função envolve o levantamento de prioridades, a elaboração de planos financeiros, a pesquisa de orçamentos, a compra de materiais, conferência de notas fiscais e do material entregue, o cuidado com a data dos cheques em consonância com a prestação de serviço, a fiscalização da mão de obra, por fim, a prestação de contas. Todo esse processo deve passar pelo conselho escolar ou órgão assemelhado, que deve exercer o controle social do uso adequado desses recursos (MAFASSIOLI, 2015, p.11).

O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

O PDDE assume vários programas dentro das escolas, ou seja, os Conselhos Escolares ou Caixas Escolares são responsáveis pela operacionalização e fiscalização de ações como: Escola Acessível, Água na Escola, Escola do Campo e Escola Sustentável são de iniciativa da SECADI/ MEC, além dos recursos destinados ao Ensino Médio Inovador, a

Educação Integral, ao PDE-Escola e ao Atleta na Escola, são investimentos feitos pelo Ministério da Educação para aumentar os índices na qualidade do ensino brasileiro. O PDDE tem a seguinte divisão:

Quadro 1: Modalidades do PDDE (ações agregadas ou complementares)

Eixo	Ação Agregada
PDDE Qualidade	Emergencial
	Educação Conectada
	Novo Ensino Médio
PDDE Estrutura	Água e Esgotamento Sanitário
	Escola Acessível

Fonte: <https://www.fnde.gov.br/programas/pdde>

Além dos benefícios anuais, o PDDE possibilita, de acordo com planos de ação elaborados pelas escolas, a implementação de programas de Acessibilidade. Estes visam modificar a estrutura física para que alunos com deficiência possam se locomover pelo prédio com segurança. O PDDE Água, por sua vez, é destinado às escolas da zona rural, no qual podem ser perfurados poços que podem atender a toda comunidade, garantindo o abastecimento de água. Os recursos do PPDE Água podem ser acessados mediante elaboração e envio de plano de ação para o FNDE.

Figura 2: Modalidades do PDDE (ações agregadas ou complementares)



Fonte: extraída de Mafassioli (2015).

Na figura 02 podem ser observadas todas as modalidades do PDDE e as melhorias que esses recursos podem trazer as escolas, com investimentos nas diversas áreas, cultura, infraestrutura e metodologias de ensino através de materiais necessários e incentivos a projetos sustentáveis, inovadores, de atletas entre outros. Sendo destinado de forma a conduzir a gestão financeira.

3.2 O PPDE e a gestão dos recursos financeiros

Durante os anos 90, os programas de educação passaram por grandes transformações. No ano de 1995, foi criado o PMDE, Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, este foi o primeiro programa de transferência de recursos financeiros da União para a escola pública e também o 1º passo para criação do hoje denominado PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que antes recebia o nome de PMDE, passou a ter a denominação atual a partir de 1998 (SILVA, 2015).

Várias políticas educacionais foram criadas para que os recursos destinados as escolas se democratizassem, para que as dificuldades do cotidiano pudessem ser diminuídas e as desigualdades se tornassem menos severas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, proporcionou uma descentralização, uma individualização dos recursos, que passaram a ser destinados a cada espaço educacional.

A lei em questão trouxe avanços e perspectivas com relação às unidades escolares. Outorga aos estabelecimentos de ensino a incumbência da gestão própria, conferindo-lhes, através do Artigo 12, as atribuições referentes à proposta pedagógica, a administração de recursos materiais e financiamentos e a articulação de mecanismos que apoiam o trabalho docente no rendimento escolar, bem como a integração com a comunidade (FRANÇA, 2005, p. 44).

No ano de 2013, a Lei de Diretrizes e Bases foi atualizada e a Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, trata sobre as condições de distribuição do Programa que rege os recursos destinados as escolas que tem como função conceder recursos financeiros em caráter suplementar para as escolas públicas da educação básica (estaduais, municipais e do Distrito Federal), como também para as escolas privadas, mantida por instituições sem fins lucrativos, que ofereçam atendimento aos alunos com deficiência.

Essas instituições devem estar inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) na condição de, ofertantes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito à população, bem como aos pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que concedam formação inicial ou continuada aos profissionais da educação básica (SANTOS, 2018, p. 04).

No ano de 2009, com a Lei nº 11.947, o PDDE foi ampliado e passou a atender a toda Educação básica, Educação Infantil, Ensino fundamental, séries iniciais e finais e também o Ensino Médio, 1º, 2º e 3º anos. Nos anos anteriores os recursos eram destinados apenas para o Ensino Fundamental, ficando toda a Educação Infantil e Ensino Médio de fora.

Na prática, os recursos são destinados diretamente para as Unidades Executoras UEX de cada escola que devem ter mais de 50 alunos e terem realizado eleições para formação dos Conselhos ou Caixas Escolares.

Os repasses são transferidos para as escolas mediante informações do Censo escolar do ano anterior, sem a necessidade da realização de convênio ou mecanismo semelhante. As Unidades Executoras (UEX) e as Entidades Mantenedoras (EM) constituem entidades privadas sem fins lucrativos, representantes das escolas nos processos de recebimento, execução e prestação de contas dos recursos. A UEX é formada por integrantes da comunidade escolar, sendo geralmente chamada de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, entre outras denominações (SANTOS, 2018, p. 04).

Conforme Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, os repasses dos recursos dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício às EEx, (Entidade Executora) e UEX (Unidade Executora) que cumprirem as exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos. Alguns recursos não são recebidos todos os anos e nem por todas as escolas. Apenas o PDDE Escola é recebido por todas as instituições de ensino.

A operacionalização dos recursos ocorre da seguinte forma, segundo manual disponibilizado pelo MEC, para as escolas: O presidente do Conselho Escolar, junto com o diretor, realiza os pagamentos através de depósito ou transferências bancárias. Ambos também são responsáveis por passar as informações da utilização dos recursos para as Entidades Executoras que são as Prefeituras e/ou Secretarias distritais as quais fiscalizam o recebimento dos bens, que podem ser de custeio ou capital.

Tais entidades analisam e emitem pareceres que serão enviados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Governo Federal responsável pela operacionalização de todo o Programa.

A intenção da transferência de recursos pelo PDDE para as escolas consiste em aprimorar as infraestruturas, física e pedagógica, das instituições de ensino, no sentido de favorecer a autogestão escolar nos aspectos financeiro, administrativo e

didático, a fim de que estejam em crescente melhoria os índices de desempenho da educação básica (SANTOS, 2018, p. 06).

Com o PDDE as escolas podem adquirir material de expediente e de limpeza, como também tem uma porcentagem destinada à compra de bens duráveis (despesas de capital). Os recursos provenientes do PDDE, em algumas situações, conseguem manter as escolas funcionando em virtude de haver o estabelecimento de reais condições para a potencialização dos gastos no cotidiano escolar.

No decorrer do tempo o PDDE passou a incorporar, através da destinação de recursos, várias modalidades de programas específicos realizados no contexto das instituições públicas de ensino, quais sejam: o PDDE Educação Integral, o PDDE Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (FEFS), o PDDE Escola Campo, o PDDE Água na Escola, o PDDE Escola Acessível, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), e o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) (PINHEIRO, 2012).

O PDDE é um programa do Governo Federal que destina os recursos financeiros as entidades executoras, com regras Pré-definidas de utilização e formação de Conselhos Escolares com representações de pais, alunos, funcionários e professores, os quais são responsáveis pela gestão e prestações de contas do dinheiro recebido. Esses recursos de dividem de forma que beneficiem o melhoramento de toda rede educacional da escola, estrutura, manutenção e uso pedagógico.

4. O MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/PB: algumas considerações

O município de Taperoá localiza-se no interior da Paraíba, possuindo uma população de 15.441 habitantes em uma área de 663 km². Está inserido na mesorregião da Borborema e da Microrregião do Cariri Ocidental, no Planalto da Borborema, na parte central do estado da Paraíba.

O município fica a 245 km de distância da capital do estado, João Pessoa. Limita-se com os municípios de Desterro, Livramento, Passagem, Salgadinho, São José dos Cordeiros, Parari, Santo André, Assunção, Areia de Baraúna e Cacimbas. A BR 230 e a PB 238 são as principais rodovias que dão acesso ao município.

Figura 3: Mapa de localização de município de Taperoá



Fonte: extraído de Silva et al (2013)

O município de Taperoá possui 14 (quatorze) escolas da rede municipal de ensino ativas, sendo 13 UEX e uma que não constituiu Conselho Escolar e é atendida pela própria EEx, uma vez que não há número de matriculados superior ou igual a 50 alunos. Destas escolas, 05 (cinco) estão situadas na zona urbana da cidade e 09 na zona rural. Neste ano de 2021, o município matriculou 2.100 alunos na rede municipal de ensino.

Além das escolas municipais, Taperoá possui 02 (duas) escolas da rede estadual de ensino, sendo uma de ensino regular e uma que atende os alunos de forma Integral, ou seja, os jovens passam o dia todo nas dependências da escola.

No ano de 2015 foi aprovado o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025, Lei nº 106/2015. As diretrizes do PME são:

(i) erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; (ii) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; (iii) melhoria da qualidade da educação; (iv) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; (v) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; (vi) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; (vii) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com

padrão de qualidade e equidade; (vii) valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. As metas previstas na Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME.

Taperoá possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 96,8%, segundo dados do IBGE de 2010. No site do INEP, também pode-se observar que o IDEB foi de 4,1 no ano de 2019, última avaliação realizada. Nesse ano, foram avaliados 408 alunos matriculados no ensino médio, divididos entre duas escolas públicas da rede Estadual de ensino com um número de 44 docentes atuando nessa modalidade de ensino.

Quadro 2: Informações Gerais sobre Educação no município de Taperoá-PB

INDICADOR	QUANTIDADE
Taxa de escolarização ² de 6 a 14 anos de idade [2010]	96,8
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	4,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	3,5
Matrículas no ensino fundamental [2018]	2.233
Matrículas no ensino médio [2018]	408
Docentes no ensino fundamental [2018]	150
Docentes no ensino médio [2018]	44
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	19
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	2

Fonte: adaptado a partir do IBGE @cidades.

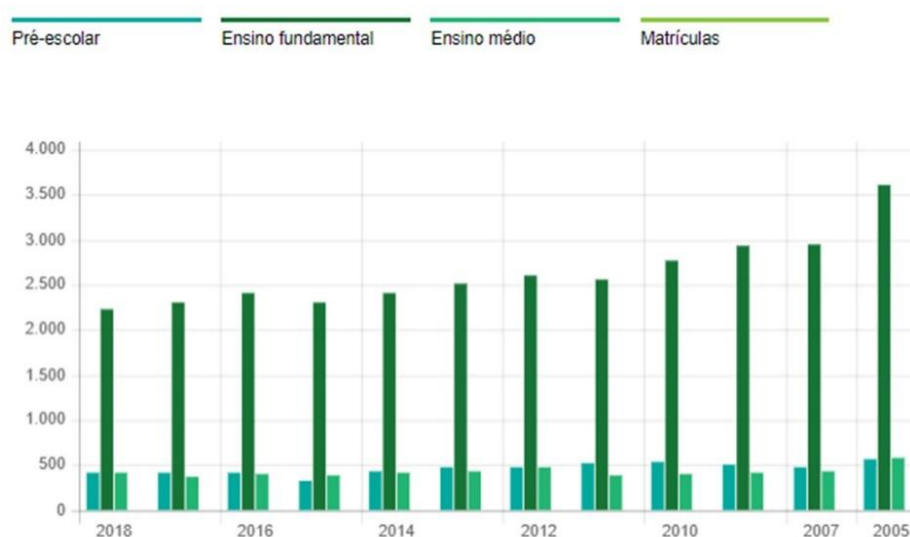
Com relação ao ensino fundamental, o IDEB dos iniciais, de acordo com o site do INEP, no ano 2019 foi 4,3. Para as séries finais o IDEB, na mesma avaliação foi de 3,5. De acordo com o IBGE, no ano de 2018 foram matriculados 2.233 alunos na rede públicas no Ensino Fundamental. Atuando como mediadores do conhecimento, no ano de 2018, havia 150 docentes na modalidade de ensino e 19 escolas funcionando.

O indicador apresentado inicialmente no quadro, taxa de escolarização de 6 a 14 anos, em Taperoá é de 96,8. Ou seja, quase 100% das crianças e jovens estão na escola, porém o município tem como meta no Plano Municipal de Educação, que esse índice atinja os 100%.

²“A taxa de escolarização diz respeito “a “ percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário), podendo ser líquida ou bruta”. MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete taxa de escolarização. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/taxa-de-escolarizacao/Acesso> em 31 mai de 2021.

Uma grande preocupação da educação no município é elevar os índices das avaliações estaduais e federais. Em Taperoá o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é muito baixo e fatores como as taxas de abandono e reprovação, influenciam diretamente no resultado da avaliação. Em 2017, o Ensino Fundamental séries iniciais, foi de 4,3, enquanto a média Nacional foi de 5,8. Nos anos finais o município atingiu 3,5 e a média Nacional foi de 4,7.

Figura 4: Gráfico das Matrículas por Nível de Ensino em diversos anos



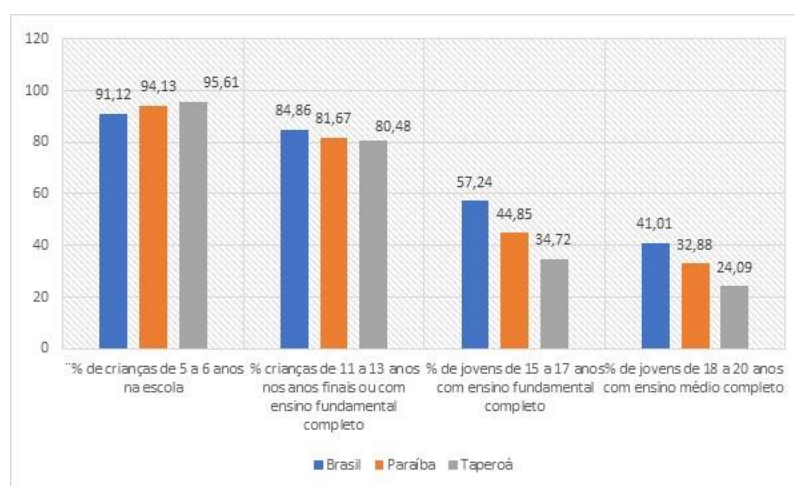
Fonte: Extraído do IBGE @cidades.

A figura 04 mostra a redução no número de matrículas do ensino fundamental. Em 2005, o município teve mais de 3.500 alunos enquanto que em 2018, foi cerca de 2.250, o que corresponde a uma variação negativa de 35, 71% em 13 anos, representando uma média anual de 2,74%. Com a queda também há uma redução na quantidade de recursos recebidos no âmbito do PDDE. Com relação à Pré-escola, houve pouca variação na quantidade de alunos, assim como no ensino médio.

Desta forma, podemos analisar que é no ensino fundamental, sobretudo nas séries finais, compreende a maioria de adolescentes e jovens, que acontece o maior número de evasão escolar e de reprovação, contribuindo para redução nos índices do IDEB, bem como a redução do montante dos recursos recebidos no âmbito do PDDE.

A figura 05 situa Taperoá em relação ao indicador fluxo escolar³ na Paraíba e no Brasil. Analisando o referido indicador para o grupo das crianças de 5 a 6 anos, percebe-se que o município de Taperoá, com 95,61%, está com percentual um pouco melhor em comparação a Paraíba, que obteve 94,13% dos alunos nesta faixa etária na escola, e em comparação ao Brasil que obteve 91,12%. Quando analisado para a faixa etária entre 11 a 13 anos, verifica-se que o Brasil tem 84,86% destas crianças nos anos finais ou com ensino fundamental completo, ficando tanto a Paraíba, 81,67%, e o município de Taperoá, 80,48%, abaixo percentual verificado no país.

Figura 5: Gráfico do Fluxo escolar por faixa etária no município - Taperoá/PB - e na UF - Paraíba - 2010



Fonte: Extraído do Atlas PNUD, 2010.

Essa diferença da porcentagem de jovens com aprovação no ensino fundamental é ainda maior. No Brasil 57,24% dos jovens de 15 a 17 anos é de 57,24%, enquanto a Paraíba tem apenas 44,85% e Taperoá ainda mais abaixo com 34,72%. Em relação ao ensino médio, jovens de 18 a 20 anos, os índices não são satisfatórios. O Brasil consegue que apenas 41,01% de seus jovens sejam aprovados no ensino médio. A Paraíba 32,88% e em Taperoá 24,09%. A seguir analisa-se os recursos acerca dos recursos recebidos pelo PDDE no município de Taperoá.

³“O fluxo escolar é medido pela taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização (séries iniciais e séries finais do EF e EM), coletadas pelo Censo Escolar.”.
Fonte: http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota%20tecnica_2017.pdf. Acesso em 31 mai de 2021.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Unidades Escolares de Taperoá-PB

No município de Taperoá/PB, de acordo com os relatórios do PDDEREX, obtidos no site do FNDE, em 2021, existem 16 escolas em funcionamento, sendo 5 na zona urbana e 11 na zona rural. As escolas da zona urbana estão divididas da seguinte forma: 01 Creche; 01 Escola de Educação Infantil; 03 que oferecem o Ensino Fundamental, séries iniciais e séries finais; 02 escolas são da rede Estadual de Ensino e oferecem a modalidade Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio, uma delas na modalidade Integral. Na zona rural todas as escolas oferecem o ensino Infantil e Fundamental séries iniciais, sendo turmas multisseriadas. Cada professora é responsável por pelo menos dois anos de ensino.

Das 16 escolas, apenas uma não possui UEX (Unidade Executora), Escola na zona Rural no sítio Jatobá, Escola Municipal de Ensino Fundamental Severino Ivo, recebe os recursos através da prefeitura, EEX (Entidade Executora). Isso ocorre porque possui menos de 50 alunos matriculados. Todas as escolas têm rede de esgoto e água encanada. Possui também energia elétrica. Algumas têm necessidade de reforma e consertos, em especial nas cozinhas, banheiros e telhados. São as escolas Manoel de Farias Souza e Melquíades Fernandes Pimenta, zona urbana e das escolas da zona rural Manoel Moreira, Manoel Ferreira, Gastão de Barros, Vitaliano Messias e Virgílio Vilar.

Os recursos do PDDE são destinados de acordo com o número de alunos. Desta forma, quanto mais alunos mais recursos a escola recebe. O total dos recursos recebidos é dividido em despesas de capital e despesas de custeio. No caso das primeiras, podem ser adquiridos materiais de vida útil mais duradoura, objetos que são usados em vários anos. Geralmente corresponde a 20% do total de recursos. Os 80% restantes, devem ser destinados às despesas de custeio (material de expediente, material de limpeza, entre outras).

De forma geral, pode-se dizer que a implementação do Programa Direto na Escola contribuiu para o melhoramento da gestão das escolas e para o aprimoramento da infraestrutura física e pedagógica das unidades de ensino. Com o dinheiro sendo enviado diretamente para os Conselhos ou Caixas Escolares, diretores, professores e funcionários podem decidir sobre o que é melhor comprar para a instituição, de acordo com as necessidades de cada unidade.

Nas escolas foi possível a compra de equipamentos como computadores, impressoras, fogão, geladeira, máquinas de Xerox, aparelho de ar condicionado, TV, instrumentos para o nosso projeto de musicalização e banda musical, uniformes da banda, jogos pedagógicos, caixas de som e materiais pedagógicos, de acordo com a Assessoria de Comunicação Social do FNDE (2015).

Na escola Estadual Melquíades Vilar o PDDE Acessibilidade proporcionou uma readaptação do prédio. Foram construídas rampas, colocado piso tátil e construção de um banheiro acessível com vaso e corrimão.

Na escola Municipal D. Iluminata, do sítio Salgado, foi construída uma cisterna, da qual no período de seca é utilizada por toda comunidade. Nas escolas todas conseguiram adquirir impressora e computadores que atendem as atividades escolares, além de vários utensílios de cozinha.

O PDDE proporciona que a comunidade escolar possa auxiliar a desenvolver, com autonomia, responsabilidade e celeridade, as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores e pela gestão escolar. Os recursos bem direcionados e distribuídos conseguem custear algumas despesas como, por exemplo, manutenção e pequenos reparos na estrutura física da escola.

O Programa veio garantir material de limpeza e de higiene nas escolas, uma vez que antes dependia de recursos vindos das Prefeituras. Em especial para as escolas da zona rural, as quais eram completamente dependentes das compras de outros órgãos. Garante também, o material de expediente como folhar de papel sulfite, que já foi material de luxo nas escolas, principalmente nas menores e nas rurais.

O PDDE deu autonomia e a garantia de um trabalho mais pedagógico, quando possibilita, por exemplo, a compra de tintas para desenhos, tesouras e lápis de cor para uso de crianças, as quais os pais não têm condições financeiras para comprar.

A estrutura física das instituições também é alvo de melhorias, uma vez que os recursos possibilitam a manutenção de parte elétrica e hidráulica, o que antes dependiam dos serviços realizados direta ou indiretamente por setores pertencentes à estrutura administrativa do município.

Foram muitos os ganhos com o PDDE, em particular porque cada estabelecimento tem o poder de comprar aquilo que lhe faz falta e não mais apenas recebe materiais vindo de compras realizadas pelo município de uma forma geral. As cozinhas são as mais

beneficiadas, pois conseguem comprar utensílios que dignificam e melhoram o manuseio das crianças como pratos, copos e colheres, enfim, uma série de objetos para uso diário.

A autonomia do Conselho, que pode concordar ou discordar dos gastos realizados nas escolas, proporciona que os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, ajudem em gestão participativa e colaborativa.

Nas escolas que têm alunos com mais de 14 (quatorze) anos, na composição do Conselho Escolar, deve haver um representante de alunos, tornando-os protagonistas e dando voz às necessidades da classe estudantil, desenvolvendo um sentimento de empoderamento do cidadão. Nas Assembleias e reuniões esses representantes possuem poder de decisão.

Conhecido sobre as escolas existentes no município é viável um estudo sobre os recursos recebidos pelas entidades educacionais de Taperoá.

5.2. Recursos do PDDE para as escolas de Taperoá-PB

O financiamento escolar eficiente, eficaz e efetivo ainda é um desafio para a administração pública no Brasil, principalmente se a gente considera as desigualdades entre as regiões, e os municípios dessas. Mesmo que o PDDE seja um financiamento de natureza suplementar, pois, como dito, ele não cobre as demandas das escolas como um todo, os recursos vindos desse programa ajudam a melhorar a qualidade pedagógica e de infraestrutura, por exemplo. De acordo com Mafassioli (2015, p. 13):

Durante décadas, os gestores das escolas públicas tinham que organizar rifas, festas e contribuições espontâneas para gerir a escola, pois os recursos eram escassos. Os recursos do PDDE modificaram essa realidade, mesmo ampliando as funções do gestor escolar, as escolas públicas tiveram uma “autonomia” relativa para adquirir material de consumo, recursos didáticos, realizar reparos, melhorar a estrutura física e promover ações para qualificar os processos de ensino e de aprendizagem e o desenvolvimento de atividades educacionais do projeto pedagógico.

A Resolução nº 10 de 18 de Abril de 2013⁴ define valores de referência para o repasse de recursos no âmbito do Programa Dinheiro Direito na Escola, conforme pode ser visto na Figura 6.

⁴<http://www.fn-de.gov.br/acessibilidade/item/4386-resolu%C3%A7%C3%A3ocdfnden%C2%BA-10-de-18-de-abril-de-2013>. Acesso em: 13 jun de 2021.

Figura 6: Quadro de Valores referenciais de cálculo para repasse do PDDE

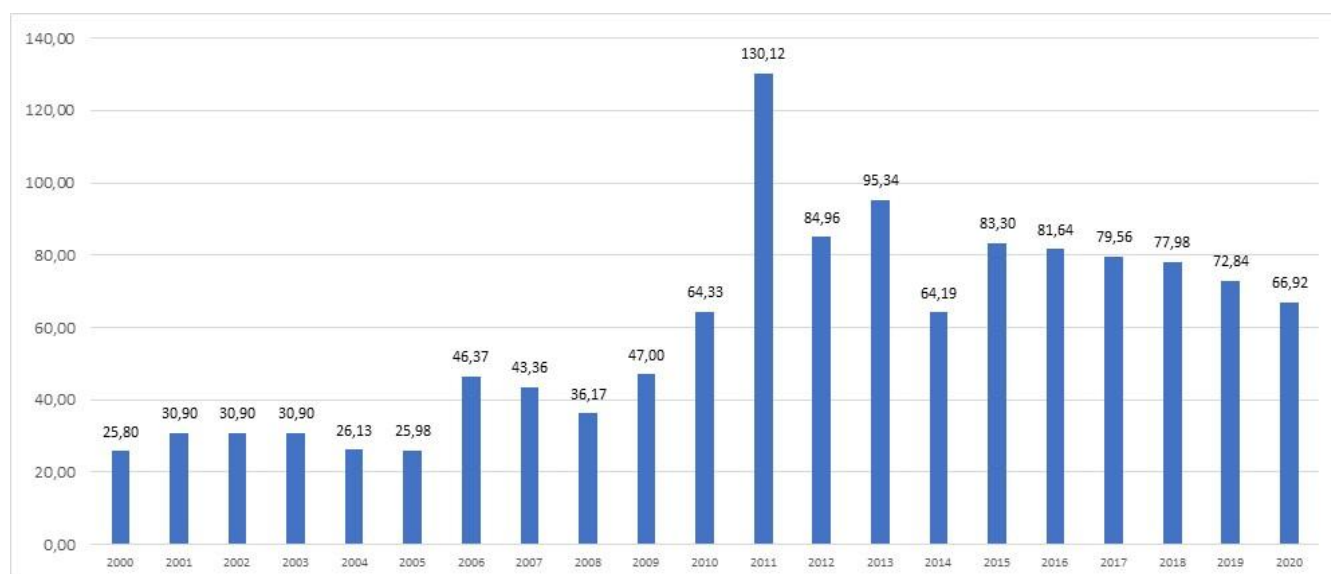
VALOR FIXO	VALOR PERCAPITA
1. Valor Fixo/ano (VF/a) = R\$ 1.000,00	2. Valor <i>per capita</i> /ano (VPC/a) = R\$ 20,00
a. Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a	a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
b. Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a	b. Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
c. Escola privada de educação especial: 1 x VF/a	c. Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
d. Polo presencial da UAB: 3 x VF/a	d. Alunos público alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
	e. Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a

Fonte: extraído de SOUZA *et al* (2017).

Nesse sentido, o gráfico 01 apresenta a evolução dos recursos repassados para o município de Taperoá-PB no âmbito do PDDE durante o período de 2000 a 2020.

Observando o gráfico 01 pode-se verificar a evolução de recursos recebidos no município no período de 2000 a 2020. No início, 2000, poucas escolas recebiam os recursos do PDDE, pois ainda estavam na fase de composição do Conselho Escolar ou Caixa Escolar. Com a regulamentação, os recursos foram aumentando até o ano de 2011, o qual obteve o maior aumento durante as duas décadas em análise.

Gráfico 1: Recursos do PDDE para o município de Taperoá-PB de 2000 a 2020 (valores em R\$ mil)



Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do PDDEREX.

De acordo com a tabela 1 observa-se que o número de alunos total matriculados no município sofreu uma queda dos anos de 2000 até 2012, o que tende a gerar impacto negativo na distribuição dos recursos do PDDE. Houve uma variação positiva de 23,38% no número de matrículas do 2012 em relação a 2011. Contudo, houve uma variação negativa de 34,70% dos recursos repassados.

Tabela 1: Informações sobre número de matriculados (2000 - 2012).

Ano	Ensino Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	TOTAL
2000	549	4.297	319	911	6.076
2001	480	4.522	366	85	5.453
2003	510	3.480	473	731	5.194
2004	719	3.396	529	806	5.450
2005	655	3.611	575	806	5.647
2006	636	3.304	498	1.127	5.565
2007	632	2.911	423	669	4.635
2008	557	2.985	464	293	4.299
2009	607	2.934	416	336	4.196
2010	620	2.760	392	437	4.209
2011	613	2.553	382	656	4.204

Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>. Acesso em 11 junho de 2021.

Na tabela 1 observa-se que o número de alunos total matriculados sofreu uma queda entre 2000 e 2011, gerando impacto negativo na distribuição dos recursos do PDDE. Houve uma variação positiva de 23,38% nas matrículas de 2012 em relação a 2011. Contudo, a variação foi negativa de 34,70% dos recursos repassados.

O quadro 3 apresenta informações sobre alunos e valores do PDDE. Ao examiná-lo, verifica-se que apesar do município ter tido uma queda no número de matriculados, o aluno per capita se manteve praticamente o mesmo, variando de 26,97 em 2012 para 25,29 em 2020, uma variação de 1,68%. Percebe-se que quanto mais alunos, mais recursos as escolas

recebem, porém se mantém um valor per capita por aluno. Os recursos destinados as escolas variam de acordo com o número de alunos.

Quadro 3: Informações sobre Alunos e Recursos dos PDDE de 2012 a 2020 (Valores em R\$)

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS	VALORES EM (R\$)	ALUNOS PER CAPITA
2012	3.150	84.958,65	26,97
2013	3.563	95.340,00	26,76
2014	3.121	64.186,08	20,57
2015	3.165	83.300,00	26,32
2016	3.082	81.640,00	26,49
2017	2.830	79.560,00	28,11
2018	2.769	77.980,00	28,16
2019	2.770	72.840,00	26,30
2020	2.646	66.920,00	25,29

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do PDDEREX/FNDE.

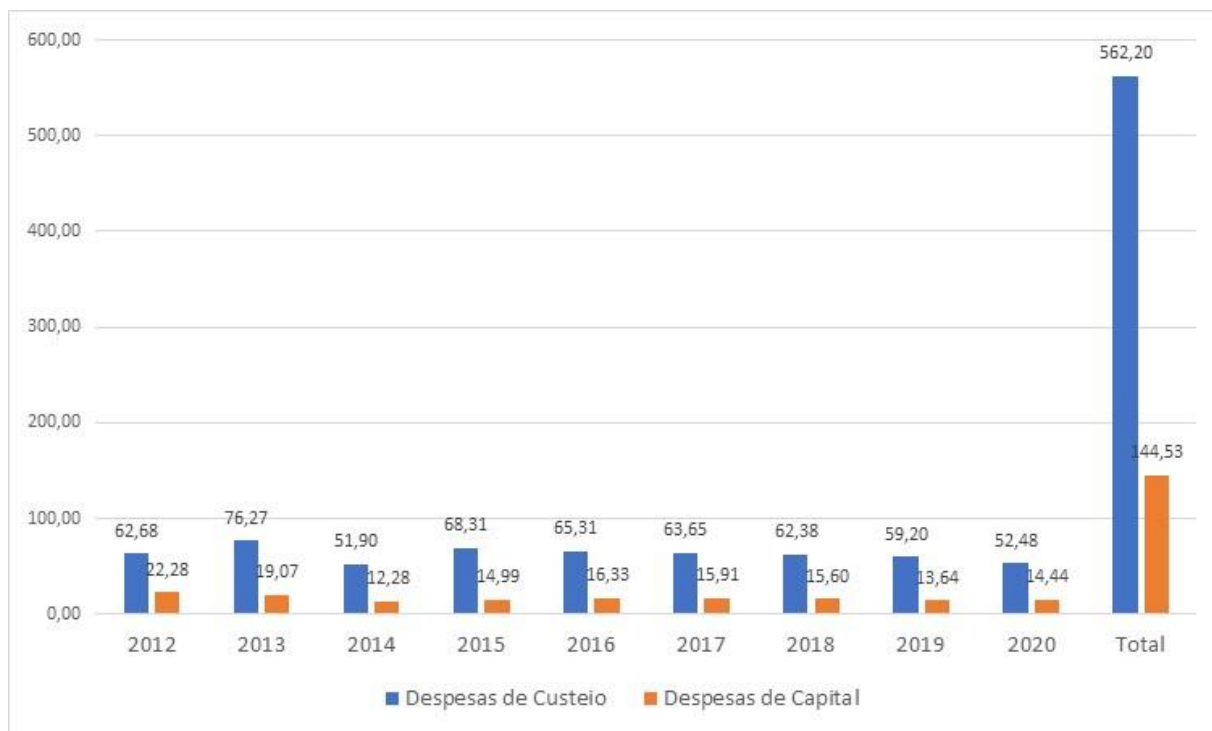
A legislação do PDDE estabelece que 80% dos recursos deve ser gasto com material de custeio. De acordo com o manual do MEC, destinado as escolas, e 20% deve ser destinado a despesas de capital. A forma de como esses recursos evoluíram ao longo dos anos por tipo de despesa será apresentada a seguir (gráfico 2).

Como se pode observar no gráfico 2, os valores destinados a custeio são bem maiores que os recursos destinados a capital, geralmente do montante que a escola recebe quase 80% é utilizado para custeio⁵, enquanto as despesas de capital⁶ perfazem 20%.

⁵ Lista de alguns materiais que podem ser adquiridos com recursos do PDDE na rubrica custeio: cartolina, classificador, clipe, cola, colchete, corretivo, envelope, espátula, estêncil, estilete, extrator de grampos, fita adesiva, fita para máquina de escrever e calcular, giz, goma elástica, grafite, grampeador, grampos, lápis, lapiseira, limpa tipos, livros de ata, de ponto e de protocolo, papéis, pastas em geral, percevejo, perfurador, pinça, cartuchos de tinta, capas plásticas protetoras para micros e impressoras, arame, barbante, caixas plásticas, de madeira, papelão, cordas, engradados, fitas de aço ou metálicas, garrafas e potes, linha, papel de embrulho, papelão, sacolas, sacos e afins, dentre outros materiais.

⁶ Lista de alguns materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos do PDDE na rubrica capital: condicionador de ar (móvel), conjunto de chá/café/jantar, escada portátil, filtro de água, fogão, forno de microondas, geladeira, grill, liquidificador, máquina de lavar louca, máquina de lavar roupa, álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica,

Gráfico 2: Evolução dos Recursos do PDDE por tipo de despesa (valores em R\$ mil)



Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do PDDEREX/FNDE.

Ao analisar o gráfico 2 se constata que houve uma queda de recursos para as escolas do município. No ano de 2013, o total recebido foi R\$ 76,27 mil destinado a custeio e R\$ 19,07mil para capital. Já em 2014, verifica-se uma redução para R\$ 51,90 mil, destinado a custeio e R\$12,28 mil para capital. Ou seja, os anos que representaram os maiores e os menores repasses de recursos do PDDE.

Nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, os valores ficaram em torno de aproximadamente R\$60 mil para custeio e R\$ 15 mil para capital. A partir de 2019, volta a ser computada queda nos números, quando no ano de 2020 acontece a maior redução para custeio, R\$ 52,48 mil e o capital sendo de R\$ 14,44 mil.

Os recursos destinados para as escolas através do PDDE são essenciais para o bom funcionamento escolar, pois ajudam, por exemplo, a manter os prédios e a atender as diversas modalidades e metodologias de ensino oferecendo aos professores materiais

necessários ao desenvolvimento das atividades. A seguir observam-se como as escolas do município de Taperoá receberam seus recursos e como foi dividido em custeio e capital.

Na tabela 2 pode-se observar como cada escola do município, Estadual ou Municipal, receberam os recursos desde o ano de 2012 a 2020, sendo separados o que recebeu de custeio e capital. Percebe-se que em alguns anos algumas escolas não receberam repasses ou só receberam de custeio.

A Creche Municipal por exemplo só foi criado o Conselho Escolar no ano de 2019, recebendo recursos apenas para custeio e no ano seguinte recebendo custeio e capital. Porém a Escola Estadual João Ribeiro, no ano de 2016 e 2017 não recebeu nenhum recurso e em 2018 voltou a receber, este e outros exemplos, que para sejam entendidos deve ser feito um estudo mais detalhado.

Tabela 2: Execução dos recursos do PDDE por tipo de despesa e por escola de 2012 a 2020 (Valores em R\$ mil)

ESCOLA	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		TOTAL
	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	Cust.	Cap.	
CEEMEF INACIO FONSECA DE ARAUJO	0,92	0,23	2,18	0, 544	0, 995		2,59	0,65	2,53	0,63	2,48	0,62	2,51	0,63	2,26	0,56			20,33
CEEMEF MANOEL FERREIRA DE GOUVEIA	1,10	0,28	2,19	0, 548	1,35	0, 337	2,59	0,65	2,30	0,58	2,35	0,59	2,42	0,61	2,41	0,6	2,26	0,56	23,72
CEEMEF MANOEL MOREIRA DA SILVA	1,06	0,27	2,64	0,66	0, 519	0, 129	1,82	0,46	1,92	0,48	2,16	0,54	1,73	0,43	1,41	0,35	1,34	0,34	18,26
CONSELHO ESC DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1 GRAU PEDRO FARIAS	1,33	5,31	7,92	1,98	8,05	2,01	6,85	1,71	6,93	1,73	8,94	2,24	9,54	2,38	10,35	2,59	11,14	2,78	93,78
CONSELHO ESCOLAR DA EM DE PRIMEIRO GRAU ODACY VILAR	1,66	0,42	2,66	0, 644	2,61	0, 652	4,24	1,06	3,44	0,86	2,94	0,74	2,24	0,56	4,62	1,16	6,27	1,57	38,34
CONSELHO ESCOLAR DA EMEF D. ILUMINATA MARIA DA NOBREGA	10,36	4,21	2,34	0, 584			2,80		2,13	0,53	2,37	0,58	2,16	0,54					28,60

CONSELHO ESCOLAR DA EMEF JOSE EPAMINONDAS DE SOUZA	1,05	0,26	2,27	0, 568	0,747		2,48	0,62	2,37	0,59	2,46	0,62	2,16	0,54					16,74
CONSELHO ESCOLAR DA EMEF MANOEL DE FARIAS SOUZA	2,64	0,66	2,74	0,684	1,58	0,394	2,70	0,68	2,88	0,72	3,32	0,83	3,65	0,91	3,50	0,88	3,58	0,9	33,24
CONSELHO ESCOLAR DA EMEI E EF MELQUIADES FERNANDES PIMENTA	4,62	1,16	5,28	1,32			4,40	1,10	4,06	1,02	4,96	1,24	5,58	1,40	5,44	1,36	4,03	1,01	47,98
E.M.E.F PROFESSOR GASTAO DE BARROS	1,26	0,32	2,32	0,58	0,519	0,129	2,96		2,26	0,56	2,29	0,57	2,32	0,58	2,72	0,57			19,96
EMEF VIRGILIO VILAR E SEZOSTRE RODRIGUES DE ARAUJO	1,78	0,45	3,98	0,996	1,02		2,60		2,05	0,51	2,03	0,59	1,90	0,48	2,50		1,89	0,47	23,25
CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA EST.DE 1 E 2 GRAUS MELQUIADE	25,21	6,30	19,06	4,76	19,63	4,91	17,44	4,36	17,94	4,48	18,24	4,56	17,25	4,31	6,11	1,53	6,84	1,72	184,65
CONSELHO ESCOLAR ESC. EST. 1 GRAU JOAO RIBEIRO DE FARIAS	2,19	0,55	4,10	1,02	3,79	0,948	3,94	0,98					8,12	2,23					27,87

CONSELHO ESCOLAR DA EE DE PRIMEIRO GRAU SAO JOSE	2,20	0,55	5,90	0,48															9,13
CONSELHO DA ESCOLA ESTADUAL DE 1 GRAU FELIX DALTRO	5,28	1,32	10,70	2,68	11,09	2,77	10,90	2,72	9,78	2,44	9,12	2,28			12,50	3,12	9,82	2,46	98,98
CONS ESCOLAR DA CRECHE MUN PROFA ADELAIDE ANDRADE DE FARIAS									4,74	1,18					3,66	0,92	2,10	3,16	15,76
CONSELHO ESCOLAR DA EMEF VITALIANO MESSIAS															2,16		2,13	0,53	4,82
TOTAL	62,68	22,28	76,27	19,07	51,90	12,28	68,31	14,99	65,31	16,33	63,65	15,91	62,38	15,60	59,20	13,64	52,48	14,44	706,72

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PDDEREX/FNDE.

Os recursos destinados a cada Conselho Escolar são para que projetos e novas metodologias sejam desenvolvidos, proporcionando melhorias no ensino e na aprendizagem da educação, por isso precisa-se conhecer sobre quais projetos são atendidos.

5.3. Programas do PDDE

O Programa Dinheiro Direto na Escola transformou o cotidiano de muitas instituições de ensino que não tinham recursos para se manterem e dependiam itens de custeio e de capital que viessem da prefeitura.

No município de Taperoá, no decorrer dos anos, várias escolas rurais foram fechadas, logo algumas comunidades ficaram sem aulas, e as crianças e/ou adolescentes tiveram que se deslocar para comunidades vizinhas para estudar. Isso aconteceu porque estas não tinham nem 50 alunos matriculados e assim, em algumas existiam muitos funcionários e poucos alunos, sendo que os recursos a ela destinados não cobriam os custos de seu funcionamento.

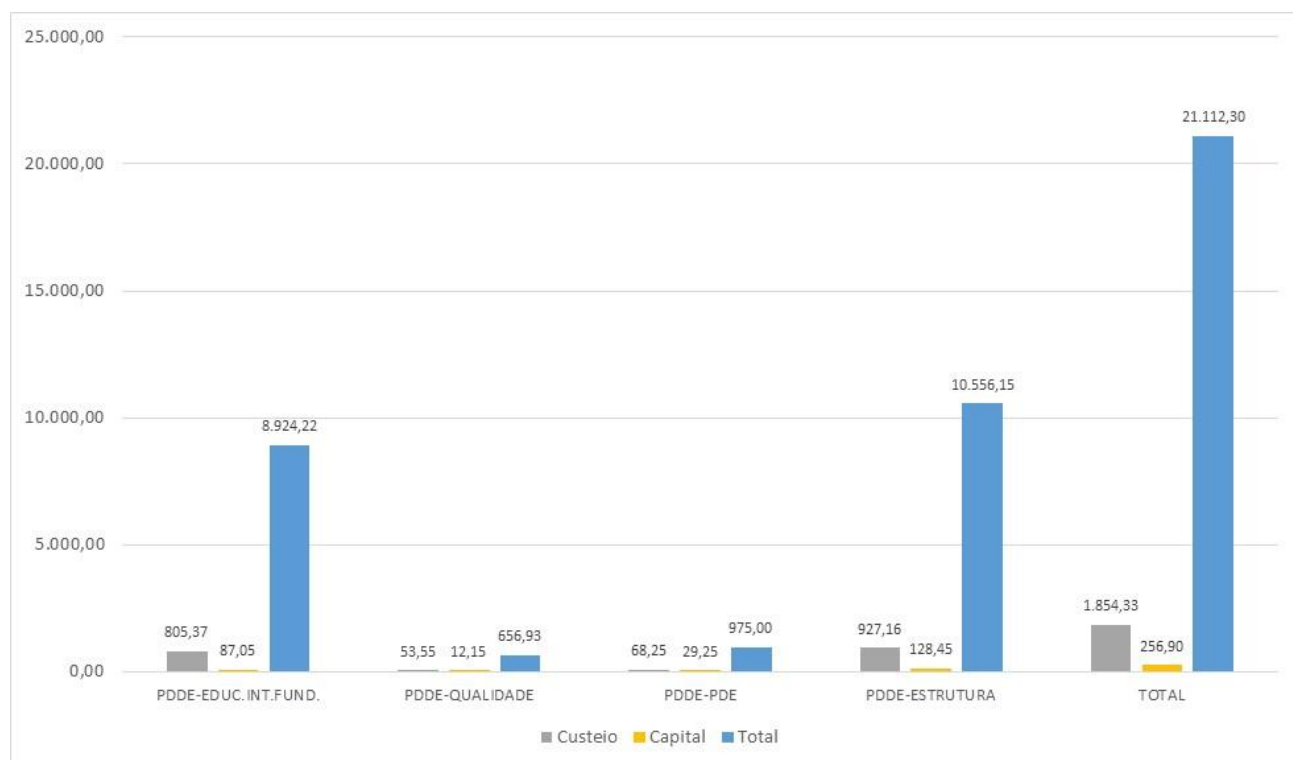
As salas eram multisseriadas, ou seja, uma professora dava aula para mais de duas séries e a maioria com 15 alunos, para todas as turmas. Vale salientar que essa forma de ensino ainda existe no município, a despeito do fechamento de algumas escolas.

No decorrer dos anos, o PDDE tem se modificado e agregado novos projetos que visam beneficiar os alunos no sistema de ensino aprendizagem. Em 2006⁷, algumas escolas do município começaram a receber valores para serem aplicados no “Projeto Melhoria Escolar”.

O gráfico 3 mostra os recursos do PDDE por programas no município de Taperoá de 2012 a 2020 por tipo de despesa.

⁷ Em 2006 foram destinados R\$ 9.273,00 para atender as seguintes escolas: (1) EMEF Caetano Gomes Meira; (2) EMEF Dorgival Vilar Filho; (3) EMEF José Torres Vilar; (4) EMEF Padre Francisco Torres Brasil; (5) EMEF Alexandre J Das Neves; (6) EMEF Manoel Avelino Gonçalves; (7) EMPG Cel. Pedro F Pimenta; (8) EMPG Francisca De Souza; (9) EMPG Galdino L Oliveira; (10) EMPG Joaquim Das Almas; (11) EMPG Jose Cardoso Melo; (12) EMPG Julita A Conceição; (13) EMPG Lino Torres; (14) EMPG Osvaldo Costa Vilar; (15) EMPG Saco Da Serra; (16) EMPG Severino V C Lima; (17) EMPG Vitaliano Messias; (18) EMPG Jose Genuíno Neto; (19) EMPG Matinha; (20) EMPG Severino Ivo Araújo; (21) ESC MUL Santina Cristina De Queiroz. Os recursos foram recebidos pela EEX, ou seja, em conta específica da Prefeitura Municipal. Destas apenas a Escola Severino Ivo se encontra em atividade, as demais foram fechadas.

Gráfico 3: Recursos do PPDE por programas no município de Taperoá de 2012 a 2020 por tipo de despesa



Fonte: elaboração própria com base em dados do PDDEREX/FNDE.

Conforme pode ser observado no gráfico 3, o município de Taperoá foi contemplado por modalidades/ações complementares no âmbito do PDDE, as quais estão vinculadas a diferentes eixos, senão vejamos: **PDDE-Qualidade** (Atleta na Escola, PMALFA e Escola Conectada) e **PDDE-Estrutura** (Escola Acessível, Água na Escola, Escola do Campo, Escola P1 e P2). No caso dos outros dois, o **PDDE- Educação Integral e Fundamental** e o **PDDE – PDE** (Plano de Desenvolvimento da Escola), não havia o detalhamento por modalidade/ações.

Verifica-se que o PDDE-Estrutura recebeu o maior aporte de recursos, o que tem relação direta com as modalidades/ações previstas, uma vez que envolvem obras de infraestrutura e de acessibilidade (rampas, sinalização, mobiliário acessível, corrimão, fornecimento de água, esgotamento sanitário, aquisição de peças hidráulicas, construção de cisternas, poços, etc), em virtude das necessidades de adequação das escolas, reforma e/ou ampliação das escolas (MEC/FNDE, 2013).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todos os programas criados pelo FNDE com relação a recursos, o PDDE mostrou vários aspectos positivos. O fato de cada escola receber a sua parte dos recursos possibilitou certa autonomia na gestão deles.

Apesar de entender que a comunidade poderia ser mais ativa na gestão educacional, o recebimento dos investimentos e as reuniões para tomada de decisões acerca da compra de materiais permanentes e de materiais de consumo e expediente, por exemplo, é um começo para que se comece a entender acerca os recursos suplementares para a educação. Saber também o que sua quantidade e o que se pode comprar, e que nem tudo que a escola precisa pode ser adquirido com o recurso recebido.

No município de Taperoá, assim como nos demais municípios, as instituições de ensino recebem os recursos e são responsáveis pela gestão desses, tendo os presidentes dos Conselhos Escolares como representação de toda comunidade escolar. O PDDE é, sem dúvida, um grande suporte financeiro, de caráter suplementar que auxilia no funcionamento das escolas. A compra de materiais de expediente (papel sulfite, lápis de cor, cartolinas, entre outros materiais) que contribuem para o uso de metodologias dos professores, são essenciais no dia a dia, visto que a maioria dos alunos são de renda baixa e não têm condições financeiras de adquirir os materiais necessários para melhoramento de sua aprendizagem.

Conclui-se atingindo os objetivos esperados. Foi feita uma análise dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em seguida foram identificadas as instituições escolares atendidas pelo PDDE e por fim pôde-se conhecer os programas atendidos pelo PDDE e os recursos investidos.

Os resultados indicam que, apesar da ideia de gestão democrática presente no programa, o colegiado dos conselhos tem autonomia relativa em relação ao PDDE, dado que ele já define, previamente, como e com o que os recursos devem ser gastos. Indicam, ainda, que a descentralização de recursos contribui, ainda que de forma suplementar, para o fortalecimento das unidades escolares como espaços de inclusão e de vivência. Por fim, favorece processos de decisão compartilhada, uma vez que se procura definir, de forma conjunta, o que é prioritário para a escola.

Esse é um programa que tem servido de esperança para gestores, professores e demais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, é importante que os gestores se comprometam em fazer uso dos recursos de forma eficaz e transparente, de maneira a contribuir de fato para mudança na qualidade de vida de muitas crianças e jovens pela educação.

Para a administração pública este é um tema de extrema importância e fonte rica de conhecimento, que deve ser mais estudado e identificado os ganhos ou perdas para os sistemas de educação dos municípios. São ainda poucos trabalhos desenvolvidos sobre o tema e este pode ser fonte de contribuição para outros estudos futuros, além de poder ser continuado e avaliado posteriormente.

Desta forma, entende-se que este é um tema que deve ser constantemente estudado e que este estudo sirva de inspiração para muito outros vindouros.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Magna. **Gestão e Financiamento da Educação: o que mudou na escola?** PDDE. FUNDEF. Natal: EDUFRN, 2005.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/taperoa/pesquisa/13/78117>. Brasil Paraíba Taperoá.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. Estrutura do projeto de pesquisa. In: **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola**: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 2015.

MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 15/05/2021.

MEC/FNDE. Curso PDDE / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – 5ª.ed., atual. Brasília: MEC, FNDE, 2013

PINHEIRO, Iara Ferreira. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da Educação Básica: Estudo de Caso – modalidade Tempo Integral**. 2012. 81f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Faculdade De Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2014/02/dissertacao-2010-iara-ferreira-pinhoiro.pdf> >. Acesso em: 01/05/2021.

Prefeitura Municipal de Taperoá. **A História.** Disponível em <http://taperoa.pb.gov.br/a_cidade/historia>. Acesso em 01/05/2021.

SANTOS, Inalda Maria dos.; SILVA, Giovana Tenório da.; SILVA, Jéssica do Carmo. Estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola em diferentes contextos no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 6. Março de 2018.

SILVA, Givanildo. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar. 136f. (Dissertação de Mestrado). Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió-Alagoas, 2015.

SILVA, Glauciene Justino Ferreira da; GOMES, Lidianne Cristina Félix; SILVA, Virgínia Mirtes de Alcântara; FARIAS, André Aires de; SOUSA, Lucia Helena Gurjão. Análise de relevo e uso do solo no município de Taperoá – PB utilizando técnicas de geoprocessamento. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE. Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.29.01.06.19/doc/p1647.pdf>. Acesso em 10 maio de 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo, CÓROVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão; SILVA, Simão Pereira da; BARROS, Georgia Fernandes; MAGALHÃES, Antonio de Pádua. Análise dos Investimentos do Programa “Dinheiro Direto na Escola-PDDE” na E. E. Comendador Murta, em Itinga-Minas Gerais, no período de 2009 a 2013. **Revista Educação, Escola e Sociedade**. Montes Claros, v. 10, n. 11, p.63 -86, jul./dez. 2017.